

Letras da Terra

Impresso Especial

9912280320-DR/RS

AGPTEA

...CORREIOS...



ANO XI • Nº 35 • SETEMBRO DE 2013

Rio Grande do Sul é responsável por 90% da produção de uvas no Brasil

PÁGINAS 6 A 8



Unidos, ervateiros gaúchos organizam o setor para enfrentar a crise

PÁGINAS 10 E 11

ENTREVISTA

Chefe da Casa Civil, Carlos Pestana Neto, antecipa providências do Estado em relação à nova lei Nº 14.278, que incentiva a permanência no campo por intermédio da educação

PÁGINAS 12 E 13

Série
MF4200 COMPACTO | Potências: 65, 75 e 85cv



Maiores rede de concessionárias



Conforto para o operador



Maiores durabilidade

**TECNOLOGIA E PRODUTIVIDADE.
QUEM TEM MASSEY FERGUSON, TEM.**



masseyfergusonvideo | masseyfergusonglobal | @MF_Brasil

Saiba mais em: www.massey.com.br

UM MUNDO
DE PRODUTIVIDADE

DEZ

Letras da Terra

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA
ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DOS PROFESSORES
TÉCNICOS DO ENSINO AGRÍCOLA - AGPTEA

DIRETORIA AGPTEA

PRESIDENTE

Sérgio Luiz Crestani

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

Celito Luiz Lorenzi

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Elson Geraldo de Sena Costa

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

João Feliciano Soares Rigon

SECRETÁRIO GERAL

Aldir Antonio Vicente

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Denise Oliveira da Silva

TESOUREIRO GERAL

Carlos Fernando

Oliveira da Silva

PRIMEIRO TESOUREIRO

Danilo Oliveira de Souza

CONSELHO FISCAL

Telvi Favini

Vanderlei Gomes da Silva

Mario Ubaldo Ortiz Barcelos

CONSELHO FISCAL / SUPLENTE

Getúlio de Souza Antunes

Carlos Augusto Natorp

Fontoura

Fritz Roloff

REDAÇÃO

CONTATOS

51 3225.5748

51 9249.7245

letrasdaterra@agptea.org.br

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Dóris Fialcoff - MIB 8324

FOTO DE CAPA

Silvia Tonon

REVISÃO

Natália Cagnani

COMERCIAL

51 9249.7245

letrasdaterra@agptea.org.br

PROJETO GRÁFICO

IVALDO FARIAS TIBURSKI (TIBA)

tiba@paica.com.br

DIAGRAMAÇÃO

ROSANA RADKE

rosanaradke@gmail.com

IMPRESSÃO

Sônia David

Multicomunicação

51 9982.7534

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO

4 mil exemplares



Av. Getúlio Vargas, 283
Fone/Fax 51 3225.5748
Menino Deus - 90150-001
Porto Alegre - Rio Grande do Sul
adm@agptea.org.br
www.agptea.org.br

EDITORIAL

PRIMAVERA NA SERRA GAÚCHA

Em 2013, duas das mais esperadas iniciativas anuais da Associação acontecem em períodos bem próximos. De 24 de agosto a 1º de setembro, a recente Expointer, em Esteio, e de 8 a 11 de outubro, o XXVIII Encontro Estadual de Professores e X Fórum Nacional de Ensino Agrícola, em Bento Gonçalves. Ambas as ocasiões são oportunidades fantásticas para nos encontrarmos, e, não coincidentemente, estão ligadas à aquisição de conhecimentos e à troca de experiências. E nem poderia ser diferente, afinal, promover a Educação Profissional é um dos papéis mais importantes da AGPTEA.

Também não é por acaso que nesta edição da revista Letras da Terra a matéria de capa é sobre vitivinicultura, já que o segmento ocupa um espaço significativo no cenário econômico da Serra gaúcha, região escolhida para receber o nosso Encontro. A reportagem é da jornalista Silvia de Oliveira Machado, assim como a outra, sobre a crise da erva-mate, que elevou os preços do produto para o consumidor final, mas que acabou servin-

do também para fazer o setor se organizar.

A entrevista das páginas 12 e 13 é com o chefe da Casa Civil, Carlos Pestana Neto. Ele comenta a Lei Nº 14.278, aprovada em 26 de julho de 2013, que instituiu a Política Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural através da Qualificação da Oferta Educacional. Também há a coluna da mestre em Ciência da Educação, Lucia Regina Rambo Szekut, desta vez sobre a questão social do Brasil e a educação; o artigo sobre poluição sonora ambiental, da advogada e especialista em Direito Ambiental Nacional e Internacional, Izabela Lehn Duarte; e o artigo do presidente do SINTARGS, Carlos Dinarte Coelho, sobre os 28 anos da regulamentação da profissão dos técnicos agrícolas e industriais.

Esperamos encontrá-los em breve, em Bento Gonçalves, onde também teremos a chance de comemorarmos, juntos, o Dia do Professor.

Boa leitura!

SÉRGIO LUIZ CRESTANI
PRESIDENTE DA AGPTEA

Guaramano, uma secular e inovadora escola técnica

Há exatos três anos, em setembro de 2010, a Escola Estadual Técnica Guaramano, de Guarani das Missões, foi transformada em Centro de Referência em Educação Profissional. O anúncio, feito pelo então Secretário da Educação do Rio Grande do Sul, Ervino Deon, chegou poucos meses antes do aniversário de 105 anos da instituição, o que tornou o reconhecimento ainda mais especial. “Todos nós, da comunidade escolar e da região, ficamos muito honrados com a nova condição. Esta iniciativa fortificou ainda mais a nossa proposta de ensino”, revela a diretora, Méri Terezinha Marmilicz. “Passamos a estabelecer mais parcerias com universidades para potencializar a qualificação dos nossos docentes e desenvolver projetos de pesquisa; diversificamos o ensino técnico, criando o curso de Agroindústria; e estamos organizando laboratórios com equipamentos enviados pelo Ministério da Educação (MEC).”

UM POUCO DA HISTÓRIA

Guarani das Missões é um município gaúcho formado por uma considerável parcela de poloneses. Assim que chegaram, os imigrantes agruparam-se para discutir os problemas do dia a dia e buscar soluções, principalmente no que diz respeito à educação de suas crianças. Decidiram, então, criar uma rede escolar própria, para proporcionar aos filhos o mínimo de instrução. Em 1906, eles conseguiram fundar, com a cooperação dos colonos locais, uma sociedade, à qual chamaram Nossa Senhora do Monte Claro, e, anexo a ela, uma escola. Sem poder contar com professores formados, os próprios imigrantes se dedicaram à missão e compartilharam os conhecimentos que tinham. Porém, já no ano seguinte, passaram a contar com dois educadores e a oferecer internato, período em que também foram incluídos ensinamentos agrícolas no currículo.

Durante 58 anos, a sociedade Nossa



Vista aérea da Escola Guaramano

Senhora do Monte Claro foi a mantenedora da escola, situação que só mudou em 1964, quando foi oficializada instituição de ensino do Estado. Passou a se chamar Colégio Vocacional Agrícola, e, três anos depois, formou a sua primeira turma. Desde então, com crescente empenho e determinação, foram sendo feitas ampliações, realizados aperfeiçoamentos e conquistados reconhecimentos.

A autorização para o funcionamento da escola de 2º grau com habilitação em Agropecuária foi recebida em 1984, e no ano 2000, no dia 24 de março, passou a se chamar Escola Estadual Técnica Guaramano. E assim ficou até 2010, quando recebeu, pelo decreto 562, com o reconhecimento secular da qualidade construída, a certificação de Centro de Referência em Educação Profissional.

“As sementes lançadas pelos antepassados germinaram, cresceram e produzem frutos até os dias atuais”, comenta Méri, lembrando que a escola sempre manteve vivo o seu perfil de formar profissionais de excelência, com disciplina, valores de vida, conhecimentos e projetos.

Seguindo os passos dos seus ideali-

zadores, a Guaramano mantém uma política pedagógica construída pela comunidade escolar, embasada na realidade local e regional, a partir de parcerias com entidades, universidades, empresas, poder público e famílias de alunos. “Nossa proposta é desenvolvida em áreas de ensino com trabalho de equipe, por intermédio de pesquisas, preservação do meio ambiente e agroecologia”, resume Méri.

De acordo com o vice-diretor, João Feliciano Soares Rigon, a qualificação dos professores e funcionários é uma meta constante de gestão, bem como a introdução de um programa de controle de todos os setores produtivos, com acompanhamento de custos e rendimentos. A ideia é buscar resultados positivos que ajudem na manutenção da instituição de ensino. “Esta postura fez com que todos se envolvessem em um trabalho responsável e dedicado. Isso possibilitou que alcançássemos o nosso maior motivo de orgulho: o competente perfil profissional dos alunos que formamos”, compartilha o dirigente, acrescentando que outra conquista são os baixos índices de reprovação e de evasão escolar.

Na visão da diretora, os alunos da

Guaramano têm conhecimentos suficientes para empreender em suas famílias, pois a escola é como uma pequena propriedade. “Produzimos leite, ovos, carne, frutas, verduras, flores, sementes e mudas, além de realizarmos processamento de produtos agroindustrializados”, completa Méri.

O UNIVERSO DA ESCOLA

Atualmente, a Guaramano oferece Ensino Fundamental (séries iniciais e fi-

nais), Ensino Médio Politécnico, Ensino Técnico em Agropecuária (integrado e pós-médio) e Ensino Técnico em Agroindústria (integrado e pós-médio). Há regime de internato, externato e semi-internato, nos três turnos. No total, 71 professores e 34 funcionários atendem 900 alunos, sendo que, destes, 200 são internos e 60 semi-internos. Os estudantes são provenientes de 35 municípios gaúchos.



Uma significativa parcela dos alunos da Guaramano, em frente à escola

PRINCIPAIS PROJETOS DA GUARAMANO



Projeto Monitoramento dos setores educativos de produção

MONITORAMENTO DOS SETORES EDUCATIVOS E DE PRODUÇÃO

Envolve as turmas de terceiros anos, professores, técnicos, famílias em suas propriedades rurais e empresas parceiras. Visa oportunizar aos alunos conhecimentos e práticas de gerenciamento dos setores educativos e de produção, bem como de propriedades rurais.

INTEGRAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

Voltado ao Ensino Fundamental, oportuniza que os alunos coloquem em prática, na sua própria residência, o aprendizado adquirido na escola sobre cultivo de flores e hortaliças. Pretende melhorar a qualidade de vida e incentivar o intercâmbio entre as famílias dos estudantes e a escola.

HORTO DE PLANTAS AROMÁTICAS

Neste trabalho, os alunos aprendem a cul-

tivar mais de 100 espécies de plantas aromáticas adaptadas à região, bem como divulgam a atividade na comunidade. Com isso, apontam mais uma alternativa de renda aos agricultores.

PROJETO LER

A iniciativa, pioneira na região, envolve toda a comunidade escolar, que se reúne uma vez por semana para realizar 1 hora de leitura na esco-

la. Por intermédio do projeto, são adquiridos livros de literatura, realizadas peças de teatros, palestras de incentivo à leitura e outras ações, como Autor Presente, Literatura na Rua e Pedágio Literário.

VIVEIRO COM PRODUÇÃO DE MUDAS

O projeto tem o objetivo de produzir mudas de árvores nativas, ornamentais, eucaliptos e flores, para serem utilizadas no reflorestamento de nascentes de rios, no ajardinamento da escola e das ruas e avenidas da cidade.



Alunos produzindo mudas no viveiro

CURSO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS

Oferecido a alunos, agricultores e interessados de outros municípios. A iniciativa é fruto de uma parceria da escola com a empresa CRV Lagoa, com o SENAR e a Dairy Partners Americas (DPA) - Nestlé.

TRABALHANDO O MEIO AMBIENTE



Aplicação do húmus produzido na escola

Entre as ações de proteção ao meio ambiente realizadas, destacam-se:

- Produção de húmus a partir do aproveitamento dos resíduos dos suínos e da agroindústria;
- uso de cisterna para reservar água da chuva, que é utilizada na irrigação da horta e do viveiro;
- coleta seletiva de resíduos recicláveis.

IMPLANTAÇÃO DE UM POMAR DE VIDEIRAS

A escola está implantando um projeto de videiras, a partir de um plantio inovador e agroecológico. O objetivo é cultivar diversas variedades e produzir sucos, geleias e doces, que serão consumidos pelos alunos.



Colheita em vinhedo no Vale do São Francisco

RS é líder em produção de uva e vinho no Brasil

POR SÍLVIA REGINA DE OLIVEIRA
JORNALISTA

PANORAMA NACIONAL

Abrir um vinho não se limita a remover a rolha. A bebida representa milênios de história, que remetem a, pelo menos, 6000 a.C., na Bulgária, Grécia, Roma Antiga e no Irã. Desde então, o cultivo de uva e a produção de vinho, que vieram a ser chamados de vitivinicultura, passaram por múltiplas evoluções e foram se espalhando pelo mundo. E beber vinho, sem dúvida, é bem mais que uma tradição.

Segundo o engenheiro agrônomo responsável pela Fruticultura na Emater/RS, Antônio Conte, a vitivinicultura era privilégio da América do Norte, com as uvas do grupo *Vitis Labrusca* (Bordô, Isabel, Niágara e Couderc), com as quais são elaborados vinhos de mesa e sucos, e da Europa, com as uvas do grupo *Vitis Vinífera* (Tanac, Cabernet Sauvignon, Merlot, Chardonnay, Moscato Giallo e Pinot Noir), matéria-prima para vinhos finos. “Depois, este tipo de produção foi se espalhando pelo mundo, apesar de ela ser típica de regiões áridas, com inverno rigoroso”, revela Conte.

Atualmente, o País conta com cerca de 90 mil hectares de produção vinícola, com vinhedos desde o extremo sul até às regiões próximas ao Equador. As 1,1 mil vinícolas do território nacional estão localizadas majoritariamente em dez estados: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Vale do Submédio São Francisco, em Pernambuco, e Bahia. Porém, se a uva é originária de locais frios, como se explica a produção existente no Nordeste brasileiro? De acordo com Conte, isso só é possível porque há muita intervenção do homem. Toda a área é irrigada controladamente, portanto, é possível ter comando sobre o ciclo das videiras “É a primeira região com clima quente do mundo a se dedicar ao setor. E como não chove muito, o ataque de fungos é menor. Isso significa não ser necessário usar tantos fungicidas, o que favorece a qualidade da fruta”, comenta o engenheiro agrônomo. “O investimento à vitivinicultura no Nordeste começou em 1970, com a produção de uvas de mesa. Há dez anos, a região já

produz vinhos finos, espumantes e gaseificados, que visam o mercado de áreas quentes.”

Em seu trabalho “Vitivinicultura Panorama Setorial 2010”, publicado pela Embrapa Uva e Vinho em Bento Gonçalves, o economista e pesquisador José Fernando Protas diz que nenhuma região é boa ou ruim para vitivinicultura. Para ele, todas são distintas em suas potencialidades e variadas de acordo com a percepção de estrategistas, instituições e empresários. “O País possui três tipos de polos vitivinícolas. Um deles é tipicamente de regiões temperadas, caracterizadas por longo período de repouso hibernar; outro está em áreas subtropicais, onde a videira é culti-



Modelos de barris de carvalho e de inox para amadurecimento do vinho

CAPA

vada com dois ciclos anuais, muito em função de um período de temperaturas baixas, inclusive com risco de geadas; e também os polos de viticultura tropical, onde as podas sucessivas são possíveis, com a realização de 2,5 a 3 ciclos vegetativos por ano”, resume o profissional.

EVOLUÇÃO DA VITIVINICULTURA NO PAÍS

O marco de desenvolvimento da vitivinicultura brasileira ocorreu nos anos 80, quando iniciaram os grandes investimentos na implantação e modernização das vinícolas nas regiões tradicionais e nos novos polos produtores que o setor agroindustrial despontou. Isso se deu tanto em função do crescimento interno no consumo de vinhos de mesa e sucos quanto pela produção de bebidas com padrão internacional, como vinhos espumantes finos. Na opinião da diretora de Promoção do Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), Andreia Milan, o vinho nacional tem o frescor de uma indústria jovem, formada por pequenos produtores, que apostam em vinhos frutados, leves, autênticos antenados e alegres, com presença moderada de álcool.

Nas estatísticas dos últimos 20 anos, cerca de 45% das uvas são destinados à elaboração de vinhos, sucos e derivados, e 55% comercializados para o consumo “in natura” no mercado interno e para exportação. Dados do Ibravin apontam uma produção da fruta que varia em torno de 1,2 milhão de toneladas/ano, e 90% deste total estão no Rio Grande do Sul, distribuídos na Serra Gaúcha, na Região da Campanha, Serra do Sudeste e na Região Central. Esse destaque gaúcho começou com a vinda dos italianos, a partir de 1875, com os seus hábitos e as primeiras mudas de variedades de uvas, sobretudo os que se estabeleceram na Serra Gaúcha e na Região Central. Mesmo diante das dificuldades iniciais, como condições climáticas desfavoráveis, falta de investimento, entre outros fatores, o setor se manteve produzindo basicamente uvas e elaborados a partir de variedades americanas. “Algumas vinícolas tradicionais já se empenhavam na produção de uvas viníferas (europeias) fazendo vinhos finos, como a Companhia Vinícola Rio Grandense, com o Granja União, e a George Aubert e a Peterlongo, com espumantes”, explica o economista da Embrapa.

Com a chegada de empreendimentos estrangeiros e grupos empresariais inter-

nacionais, na segunda metade da década de 70, as regiões da Serra Gaúcha e da Campanha iniciaram um novo segmento na vitivinicultura, voltado à produção de vinhos finos e espumantes. Ainda hoje, esta é a parcela que tem maior retorno financeiro. Desde a década de 80, com a globalização da economia brasileira e a forte concorrência internacional, este novo setor, já lançando mão de tecnologia moderna, tem investido em regiões vantajosas, como a Campanha, onde as variedades de uvas *Vitis Vinífera* se adaptam melhor, Serra do Sudeste e, ainda em fase inicial, mas com grande potencial, a região dos Campos de Cima da Serra.

Devido a todas estas variáveis, os polos gaúchos se estruturaram de maneiras bem diferentes. A vitivinicultura na Região da Campanha, por exemplo, foi toda zoneada, o que atraiu vários empreendimentos. Entre os primeiros, que investiram em vinhos finos, destacam-se os vinhedos e as vinícolas da Empresa Almadén, em Sant’Ana do Livramento; e um grupo japonês, que implantou o Projeto Santa Colina, com vinhedos e cantina própria. A partir do ano 2000, estimulados pelos bons preços das uvas viníferas, muitos proprietários de terras de municípios da Campanha, entre eles, Itaqui, Uruguaiana, Quaraí, Alegrete, Dom Pedrito, Bagé e Candiota, implantaram um total estimado de 2 mil hectares de vinhedos. O objetivo era atender à demanda crescente por uvas finas, tanto das vinícolas da Serra gaúcha quanto da própria região.

Diferentemente da região da Campanha, a vitivinicultura da Serra do Sudeste

se caracteriza por pouquíssimos investimentos na instalação de vinícolas. A região produz uvas para abastecer a Serra e a Campanha. Na região Central, o ritmo está bem acelerado. A produção se concentra no município de Jaguari. E a Região da Serra, onde a atividade agrícola é tipicamente familiar e desenvolvida em minifúndios, é a que registra a maior produção do Estado. Conforme o pesquisador Protas, os produtores da Serra ocupam uma área de 38.505 hectares de vinhedos, distribuídos em 15.384 propriedades. Cada família possui, em média, 2,5 hectares de parreiras, e, devido ao relevo acidentado, utilizam pouca mecanização. No total, são 540 empresas vinícolas, entre privadas e cooperativas, de pequeno, médio e grande portes.

SOLUÇÕES E INCREMENTOS PARA O SETOR

Diante desse panorama, aparentemente positivo, Antônio Protas alerta que alguns desses polos deveriam ter mais conhecimentos e tecnologias adequadas, bem como sistemas e processos produtivos mais competitivos e sustentáveis. “As ações são na base da tentativa e do erro. Algumas regiões da Serra gaúcha, do Vale do Peixe, do Litoral de Santa Catarina, da Grande Curitiba, no Paraná, entre outras, não se organizaram de forma consistente e duradoura para melhorar a qualidade da uva e dos processos produtivos do vinho e seus derivados”, avalia o pesquisador da Embrapa.

Para que toda essa cadeia produtiva



As duas novas cultivares de uva lançadas pela Embrapa, a BRS Vitória (foto à esquerda) e BRS Magna. As variedades serão utilizadas para sucos e vinhos de mesa

não seja seriamente ameaçada, pondo em risco o setor que é a base de sustentação econômica, social e cultural das regiões italianas, estruturadas na agricultura familiar, a Embrapa Uva e Vinho tem investido em pesquisas. No ano passado, lançou o seu 15º e 16º cultivares, a BRS Magna e BRS Vitória, duas variedades de uvas que serão utilizadas para sucos e vinhos de mesa. A primeira, de sabor aframbosado, se adapta bem ao clima pelos altos conteúdos de açúcar e de matéria corante, e possibilita colheita duas vezes ao ano. É recomendada para a Região da Serra Gaúcha, São Paulo e Vale Submédio do São Francisco. Já a BRS Vitória, é a primeira cultivar de uvas sem sementes. Recomendada para os mesmos locais da BRS Magna, mais o Estado de Minas Gerais, é tolerante ao míldio, principal doença das videiras.

Outra frente de atuação da Embrapa Uva e Vinho, juntamente ao Ibravin, é o projeto Modervitis. A iniciativa é focada nas regiões tradicionais do Sul do Brasil que cultivam mais as uvas Vitis Labruscas, mas que, em função da forte tradição e dificuldade de aceitar mudanças, enfrentam defasagem tecnológica. “O objetivo é trocar as parreiras antigas por estruturas novas, com orientação técnica, e criar um elo entre o produtor e uma vinícola, estabelecendo preços mínimos de compra e venda. Ao longo dos anos, esse projeto pretende aumentar a produtividade e o interesse comercial”, projeta Protas.

O presidente da cooperativa Vinícola Pradense, em Antônio Prado, Sadi Macagnan, confirma que alguns cooperados mantêm as parreiras de uvas americanas (Isabel) há mais de 60 anos, e, realisticamente, declara: “Apenas os produtores bem estruturados, que trabalham mais profissionalmente, manterão a atividade.” Não é difícil visualizar os benefícios que o projeto Modervitis pode trazer a essa cooperativa, cujos 1,8 mil integrantes produzem 400 mil litros de vinhos viníferas e 5 milhões de litros de vinhos de mesa por ano, o que gera um faturamento de R\$ 25 milhões. “Só no primeiro semestre de 2013, foram comercializados para praticamente a metade dos estados brasileiros 50 mil litros de vinhos engarrafados e 715 mil de vinho a granel, bem como 510 mil litros de suco para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que serão consumidos na merenda escolar”, divulga Macagnan.

DESTAQUES E PREMIAÇÕES

Tanta dedicação e persistência, merecidamente, têm suas compensações. Cada vez mais, empresas vinícolas brasileiras recebem reconhecimento internacional pelos seus vinhos finos e espumantes. De acordo com a Associação Brasileira de Enologia (ABE), até o último mês de dezembro, as premiações já somavam 2.721 medalhas. “Só em 2012, foram 251, representando um aumento de 73% em relação ao ano anterior. A maioria é recebida por empresas gaúchas, pois grande parte das vinícolas está aqui. Entretanto, também se percebe que a produção de outras regiões do País, como de Santa Catarina e do Vale do São Francisco, por exemplo, também vêm conquistando distinções”, analisa o presidente Luciano Vian.

DIVULGAÇÃO VINÍCOLA LÍDIO CARRARO



Família Lídio Carraro em seu vinhedo, em Bento Gonçalves

Tamanha credibilidade rendeu ao Rio Grande do Sul outra classificação digna da maior das taças: a da Copa do Mundo, em 2014. O vinho Faces da vinícola Lídio Carraro, de Bento Gonçalves, foi escolhido o vinho oficial do evento. A empresa familiar tem uma visão “purista” do que seja fazer vinho. Acredita que a bebida não é obtida na vinícola, mas nos vinhedos. A filtragem é substituída por decantação e o vinho não é armazenado em barris de carvalho, preservando cada nuance do sabor das frutas. A diretora de Marketing e Exportação, Patrícia Carraro, explica que o diferencial está na origem da família: “Somos descendentes de italianos e nos especializamos no cultivo de uva, enquanto vários colonos que chegaram ao Estado preferiam plantar uvas e produzir vinhos. Por isso, a empresa tem o conceito de vinícola boutique, ou seja, produção controlada, pequena e de altíssima qualidade.”

Enologia: profissionalização e mercado crescente

Um dos profissionais que precisa ser destacado nesta nova fase do vinho brasileiro, com premiações e controle de qualidade, é o enólogo. Segundo a coordenadora do curso superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Bento Gonçalves (IFRS), a especialidade verifica os aspectos físicos e químicos do vinho, acompanhando todo o processo, desde o cultivo da uva, manejo, colheita, processamento, maturação, envase etc. A profissão do enólogo foi reconhecida em 2007, mas o curso superior existe desde 1995 no IFRS. Larissa destaca que cerca de 20 a 25 alunos se formam por ano, com 90% de absorção no mercado. São seis semestres de curso, incluindo o estágio. No Rio Grande do Sul, o curso superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia também acontece em Pelotas, e levando em conta o território nacional, a cidade de Petrolina, em Pernambuco, e São Paulo aumentam a lista de ofertas. O único curso de bacharelado no País é ministrado na Universidade Federal do Pampa, Campos Dom Pedrito. “Além do curso superior, existe o técnico de Enologia, concomitante ao Ensino Médio, no horário oposto”, finaliza Larissa.

Compactos qualificam oferta de tratores da Massey Ferguson

O design, a servibilidade, a ergonomia e a força que impulsionaram o recorde de venda dos tratores da Série MF 4200 também estão presentes nos modelos compactos. São três modelos que substituem os da Série MF 200, onde a Massey Ferguson qualifica sua oferta em máquinas para culturas de café, hortaliças, flores e frutas. As versões são a MF 4265 (65 cv), a MF 4275 (75 cv) e a MF 4283 (85 cv). Além do design moderno, os modelos têm peso embutido para facilitar as manobras, acionamento lateral da tração dianteira auxiliar para aumentar o vão livre, tomada de potência com rotação nominal de 540 rpm e sistema hidráulico com capacidade de levantar de 2100 kgf.

De acordo com o supervisor de Marketing do produto tratores da Massey Ferguson, Everton Pezzi, os atributos da máquina conferem maior versatilidade: “Os modelos foram projetados para trabalhar em diversas culturas que necessitem de facilidade de manobra e também de outras demandas por um trator de dimensões estreitas.”

Os tratores deixam a fábrica em Canoas com transmissão deslizante 8x2, mas também estão disponíveis com transmissão sincronizada 12x4. As alavancas são centrais. Para trabalhos que exigem velocidade mais reduzida com alta rotação, ainda está disponível uma versão com creeper.



Mais Alimentos

Dois dos modelos compactos ampliam a oferta da Massey Ferguson no Programa Mais Alimentos. O MF 4265 Compacto e o MF 4275 Compacto podem ser adquiridos junto à rede de concessionárias da marca por intermédio da linha de financiamentos.

to proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Além destes, a empresa conta com outros dois modelos compactos, no total de quatro modelos de tratores standard, duas colheitadeiras e uma linha de implementos disponíveis à agricultura familiar.

“O campo está exposto” Ignorância e negligência de alto risco

POR LEONARDO GOTTEMS

A ignorância e a negligência são os principais fatores causadores de acidentes e doenças ocupacionais no campo. A afirmação é do engenheiro agrônomo e de segurança do trabalho Lino Hamann, diretor da Elo Engenharia, que aponta causas e origens do problema, bem como o que deveria ser feito.

“É muito baixo o nível cultural e profissional do trabalhador rural brasileiro, de forma geral. Em recentes cursos que fiz no interior do Rio Grande do Sul, havia um quesito sobre a escolaridade nas fichas de inscrição dos participantes. A maioria tinha o curso fundamental incompleto, e raros o segundo grau, seja completo ou incompleto. Isso em uma região com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)”, exemplifica o especialista.

“Essa mão de obra lida diariamente com atividades de alto risco, e está sujeita a acidentes e doenças ocupacionais que poderão ser fatais ou ter reflexos por toda a vida. Estão expostos ao perigo, em grande parte dos casos sob o manto da ignorância e ou da negligência”, aponta o engenheiro. Segundo ele, as situações de alto risco não envolvem apenas quem trabalha com agroquímicos: “Manusear diariamente máquinas e equipamentos agrícolas, enfrentar as intempéries, levantar peso em excesso (e de forma continuada) e estar exposto ao ataque de animais peçonhentos também são situações que deixam o trabalhador vulnerável. Acidentes em silos e armazéns graneleiros são frequentes e, normalmente, fatais”.

INFORME PUBLICITÁRIO



O CAMINHO

Hamann aponta o que deveria ser feito. Ele entende que, para todos os casos, há a necessidade de capacitação dos trabalhadores, o que deve ser realizado a partir de cursos específicos, como ditam as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho (NRs), além de palestras motivacionais – inclusive para empregadores, dirigentes e lideranças do setor.

Questionado sobre a quais leis o agricultor deveria estar atento, o especialista enfatiza a NR 31: “Se lideranças, empregadores, empregados e profissionais da área rural observassem essa norma, os acidentes e as doenças ocupacionais no campo reduziriam drasticamente. Ela abarca praticamente todas as atividades rurais e suas respectivas seguranças no trabalho.”

O engenheiro agrônomo ainda cita outras normas para casos mais específicos e pontuais, tais como Equipamentos de Proteção (NR 6), Prevenção de Riscos Ambientais (NR 9), Máquinas e Equipamentos (NR 12), Ergonomia (NR 17), Trabalho a Céu Aberto (NR 21) e Espaço Confinado (NR 33).

Para consultar as Normas Regulamentadoras, acesse o site do Ministério do Trabalho e Emprego (<http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>). E para ler outras matérias sobre o tema segurança no trabalho no campo, acesse o Portal Agrolink: www.agrolink.com.br.

Falta de erva-mate faz o preço disparar e o setor se organizar

POR SÍLVIA REGINA DE OLIVEIRA
JORNALISTA

O nosso doce e amargo chimarrão está mais caro. Desde janeiro, o preço da matéria-prima da bebida preferida dos gaúchos aumentou 33%. Este índice, somado aos dos últimos quatro anos, já chegou aos 100%. O motivo? A falta de erva-mate no mercado. O pacote de 1 kg que antes custava em torno de R\$ 6 na gôndola, agora não é encontrado por menos de R\$ 9. “E a tendência é aumentar”, previne o presidente do Sindicato da Indústria do Mate (Sindimate), Alfeu Strapasson. “Teremos um longo período de escassez, e o valor deve subir outros 30% até dezembro. A ampliação de plantio e de produtividade já está sendo solucionada, mas os resultados só aparecerão em cinco anos. A saída seria importar erva-mate da Argentina ou cancelar as exportações”.

O dirigente esclarece que a crise é resultado da redução de 30% da área de plantio na última década. Ao longo dos anos foram sendo desmatadas florestas nativas e arrancados centenas de hectares de ervais plantados. “Os preços baixos desmotivaram os produtores, que optaram por alternativas mais rentáveis e com menos mão de obra, como a soja, por exemplo. A plantação, o manejo e a colheita da erva-mate são feitas manualmente, galho a galho, então a troca de cultura foi imediata em regiões mais planas”, detalha Strapasson.

Outros motivos que contribuíram para a elevação de preço da erva foi o seu uso em outros produtos, como cosméticos e bebidas, além da divulgação de estudos comprovando propriedades benéficas para a saúde, o que atraiu o interesse do mercado internacional. Segundo levantamento



Plantação de erva-mate, da espécie Cambona 4, no município de Machadinho

feito pelo Sindimate em 2011, a Espanha importa 1,1% da erva-mate produzida no Brasil, o Chile, 2,2% e o Uruguai, 94,8%.

Inúmeros estudos realizados por várias universidades brasileiras apontam propriedades medicinais da erva-mate. Uma pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na qual voluntários tomaram chá feito de mate tostado por 60 dias, constatou uma redução de 10% a 12% do LDL, conhecido como colesterol ruim. O trabalho também revelou que o produto tem função antioxidante superior ao chá verde, portanto, pode ajudar na redução de doenças degenerativas, como envelhecimento precoce e alguns tipos de cânceres, no emagrecimento, além de reduzir a sensação de cansaço, limpar o organismo e favorecer a micção (ato de urinar). Mais de 200 princípios ativos já foram descobertos e, destes, 140 estudados profundamente.

DIFICULDADES DA CADEIA PRODUTIVA

Consumidor contrariado, produtor satisfeito. Há um ano, o valor da arroba (15kg) correspondia a R\$ 7, e hoje está valendo R\$ 20. Com tanta valorização, surgiu até uma prática não muito comum.

ARQUIVO PESSOAL DE ROBERTO FERRON



Roberto Ferron no seu erval, em Itatiba do Sul, cujas plantas foram totalmente roubadas

“A folha da erva-mate, que até o final de 2012 era matéria-prima desprezada, hoje é moeda de troca e objeto de roubo”, lamenta o engenheiro florestal e diretor executivo do Instituto Brasileiro do Mate (Ibramate), Roberto Ferron. Ele diz que os infratores são inescrupulosos, e cita um fato que caracterizou como “decepação geral”, ocorrido em junho deste ano, em uma plantação que tem em parceria com a produtora Fabiane Fabris, em Itatiba do Sul. “Foram arrancadas 50 plantas, o que significa a totalidade do nosso erval”, desabafa Ferron.

MOTIVO DA CRISE

Na opinião do engenheiro florestal, o setor chegou a uma crise como esta porque a cadeia produtiva não está organizada. O próprio Ibamate, cujos principais objetivos são ordenar o setor, criar equilíbrio entre oferta e demanda e garantir estabilidade e sustentabilidade em toda a cadeia, só foi criado em janeiro deste ano. Os recursos da entidade virão, entre outros, do Fundo de Desenvolvimento e Inovação da Cadeia Produtiva da Erva-Mate (Fundomate), que, por sua vez, receberá das indústrias ervateiras R\$ 13 por tonelada do produto final comercializado.

Embora o Fundomate precise ser regulamentado, ainda em 2013, a Secre-

taria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Rio Grande do Sul (SEAPA), deverá repassar um crédito extraordinário de R\$ 500 mil para viabilizar o início das atividades do Ibamate.

O diretor executivo do Instituto elaborou um planejamento estratégico que prevê muitas ações para o período entre 2013 e 2018. Algumas delas são: organizar a cadeia produtiva; elaborar um cadastro técnico dos produtores, viveiristas e ervateiras; identificar e registrar as árvores matrizes de erva-mate, para tornar as plantas nativas remanescentes imunes ao corte e garantir a base genética; e criar uma rede de pesquisadores. “A árvore símbolo do Estado nunca recebeu incentivo dos governos. A orientação técnica é feita, algumas vezes, pelos extensionistas da Emater/RS, e a tecnologia é defasada. Acreditamos que com esse novo panorama o setor desponte e atinja o seu real valor”, desabafa Ferron.

PRODUÇÃO NACIONAL E GAÚCHA

No Brasil, a erva-mate é cultivada em 486 municípios de quatro estados: Paraná, que tem a maior fatia, em torno de 44,5%, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. De acordo com Ferron, no total são 71,3 mil hectares, distribuídos em 180 mil propriedades rurais, que produzem 443,6 toneladas. Essa matéria-prima é direcionada a 725 indústrias, que abastecem o mercado com 355 mil toneladas por ano, gerando 710 mil empregos e recursos de R\$ 180 milhões. Cerca de 90% a 95% do volume produzido é destinado ao chimarrão e o restante a outros usos e bebidas.

No Rio Grande do Sul, o setor ervateiro é dividido em polos. São eles: Planalto/Missões, Alto Uruguai, Nordeste gaúcho, Alto do Vale do Taquari e Vale do Taquari. Conforme explica a presidente da Associação dos Amigos e Parceiros da Erva-mate do Polo do Alto do Vale do Taquari (AAErva-Mate), Juliana Montagner, o polo do Alto do Vale é o maior, com 11 municípios, e responde

por aproximadamente 40% das folhas produzidas no Estado. Além das plantações, o local conta com 38 indústrias ervateiras. Os municípios destaque são Ilópolis, com 20,4%, seguido por Arvorezinha, com 14,6%. “A distinção existe porque nesta região o solo é desunifórmico e montanhoso, e o clima e a mão de obra familiar favorecem o plantio”, especifica Juliana.



Processo de sapeco e secagem na Ervateira Ximango, em Ilópolis, no Rio Grande do Sul

OTIMISMO PARA O FUTURO

O sócio gerente da Ervateira Natumate Industrial do Mate, em Arvorezinha, no Rio Grande do Sul, Adriano Fassina, acredita que o setor está vivendo um momento oportuno para melhorar toda a cadeia produtiva: “Quando a oferta do produto está reduzida, aparecem necessidades, que, por sua vez, geram ações para melhoria”. Segundo ele, é preciso investir nas sementes, melhorar a genética e aprimorar o manejo da cultura. A própria empresa de Fassina é a prova da dificuldade de se encontrar bons ervais, uma vez que o seu diferencial é produzir pacotes de erva-mate de boa qualidade. “Devemos enfrentar esse momento com os olhos no futuro, com pensamento positivo, pois um produto valorizado não sucumbe. Se a erva-mate continuasse trilhando os caminhos em que estava, o futuro não seria dos melhores. Hoje posso dizer que o produto erva-mate renasceu”, conclui o empresário. ☺

CARLOS PESTANA NETO
Secretário Chefe da Casa Civil

Educar. A conjugação deste verbo está entre as mais importantes para qualquer sociedade, e só pode ser feita genuinamente se os educandos não forem privados de suas raízes. Mais do que isso. A

base do processo educativo deve ser a compreensão e a valorização da própria origem, da sua cultura e coletividade, e a consequente autoestima. É preciso que as comunidades, para se falar em uma microsfera, e os povos, em um contexto global, compreendam a preciosidade do seu saber intrínseco, e desejem mantê-lo e compartilhá-lo, pois só assim o terreno para o aprendizado será rico e naturalmente fertilizado.

Não é difícil comprovar que esta visão de que o melhor sempre está fora ou está por vir é equivocada. Nas cidades, as evidências como miséria, violência, competição desenfreada e desleal e falta de empatia são os sintomas de que se está indo na direção contrária. No final desta estrada não haverá encontros, e mesmo que o caminho já mostre fragmentos do caos frio e refratário que está lá, há uma homogeneização artificial que induz à cegueira. Não a cegueira apenas física, mas aquela do descompromisso geral, até consigo mesmo. Os professores do ensino agrícola há muito tempo vêm tentando mostrar que para manter no campo quem ainda é do campo é preciso que todos, ruralistas e urbanos, admirem a vida nas comunidades rurais.

E isso não de forma idílica, porém pragmática. Dados do censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam a existência de 2.640.642 jovens de 15 a 29 anos no Rio Grande do Sul, e apenas 336.026 (12,07%) estão no campo. Há iniciativas do Estado e de outros órgãos focadas na resolução do êxodo da juventude rural. A mais recente, e que tem a Educação como norte, é a Lei Nº 14.278, aprovada em 26 de julho de 2013, que instituiu a Política Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural através da Qualificação da Oferta Educacional e dá outras providências. Para compreender melhor o alcance desta legislação, a revista Letras da Terra entrevistou o secretário chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Carlos Pestana Neto, que também coordena o Programa Estadual de Erradicação da Pobreza Extrema - RS Mais Igual. Formado em Direito, iniciou sua vida política em 2001, como vereador da capital gaúcha, cidade onde nasceu, e foi líder da bancada petista na Câmara de Vereadores e diretor geral do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (Demhab) nas administrações municipais de Raul Pont e Tarso Genro.

“A permanência do jovem no campo está ligada diretamente às opções de desenvolvimento”

Como surgiu a ideia da elaboração desta lei e de quem foi a iniciativa?

O projeto de lei foi apresentado pelo deputado estadual Altemir Tortelli, e nós, por acreditarmos na permanência de jovens no meio rural como um dos elementos indutores do desenvolvimento do setor, apoiamos a iniciativa. Hoje, a agricultura familiar é responsável por cerca de 60% dos alimentos que chegam à nossa mesa, então, o estímulo à permanência e à capacitação dos produtores não são iniciativas apenas importantes, mas fundamentais.

Que condições o senhor julga importantes o jovem ter no campo para decidir ficar?

Existe um histórico, no qual os jovens têm saído do campo para estudar, e até há pouco tempo, a lógica era estudar para sair do meio rural. Com esta lei, estamos desencadeando um processo para invertê-la, que começa pela valorização do trabalho desenvolvido pela agricultura familiar. A permanência do jovem no campo está ligada diretamente às opções de desenvolvimento. Se ele tiver oportunidades de qualificação e capacitação, com o objetivo de expandir a propriedade, torná-la mais rentável e produzir com qualidade, é evidente que as perspectivas de permanência são muito maiores. Desta forma, estará investindo em algo que trará benefícios não apenas para si, mas para toda a família.

Em seu art. 2º, parágrafo II, a Lei informa que uma de suas diretrizes é estabelecer ações permanentes e articuladas entre entes públicos, privados de caráter comunitário e sociedade civil para fomentar no jovem rural o sentido de comunidade, vivência grupal e desenvolvimento do espírito associativo (...). Que iniciativas já estão sendo planejadas, e envolvendo que órgãos e entidades?



CAMILA DOMINGUES

Podemos citar a atuação tanto da Secretaria da Educação quanto da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo e da Emater. O Governo está apostando em ações como o Bolsa Jovem, disponibilizando R\$ 3,6 milhões para projetos produtivos em benefício de 2 mil jovens, o projeto Província de São Pedro, que está levando notebooks para as escolas localizadas também nas zonas rurais. O tema da inclusão digital no campo é fundamental neste debate. Há também a discussão do passe livre, que garantirá transporte para os universitários. Uma das principais características desta gestão é o diálogo com os movimentos sociais, como o Levante da Juventude e a Via Campesina, por exemplo. Esses canais permitem que possamos discutir e avançar em outras políticas públicas que garantam condições e incentivos à permanência dos jovens no meio rural e, desta forma, também, a sucessão das terras, tema essencial quando nos referimos à agricultura familiar.

Os alunos de escolas técnicas agrícolas estão sendo incentivados pela nova legislação a desenvolver projetos produtivos construídos a partir da instituição de ensino, com apoio de recursos públicos. De qual orçamento exatamente virá este subsídio financeiro?

Em agosto, publicamos o decreto 50.557, que atualizou os critérios para a distribuição de recursos às escolas. Com isso, o Governo está lhes garantindo mais autonomia. Neste novo critério foi incluído o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Município (Idese), o que nos dá a certeza de que as escolas da zona rural serão beneficiadas e, consequentemente, os jovens terão mais subsídios para desenvolver projetos.

Há planos do Governo para a criação de projetos de incentivo à qualificação de professores do ensino técnico agrícola?

Os professores das escolas técnicas agrícolas estão em processo de formação continuada, organizada nos eixos agricultura familiar, agroecologia e sucessão na agricultura familiar. Essa ação está em desenvolvimento por intermédio de uma parceria muito forte entre a Secretaria da Educação e a Emater/RS, que foi fortemente reestruturada e valorizada neste Governo. Estamos constituindo Unidades Didáticas Agroecológicas nas escolas, e pretende-se que os alunos realizem estágios em propriedades familiares, não apenas em grandes empresas do agronegócio, e também que atuem como monitores nas escolas do campo. Acreditamos que essa iniciativa contribua fortemente para a permanência do jovem no campo. Outra ação importante é uma articulação com o Ministério da Educação (MEC) para promover um curso de especialização em Agroecologia.

As escolas agrícolas estão aguardando um aumento no repasse, uma vez que, como instituições de ensino técnico, têm estrutura e funcionamento diferenciado e mais dispendioso que as demais. Qual a previsão para que isso ocorra? Que percentual será concedido e de acordo com quais critérios?

Para as escolas de Educação Profissional, a autonomia passará de R\$ 9 milhões para R\$ 9.563.400,00 anuais, o que representa um aumento de cerca de 6,26%. O pagamento será realizado a partir de agosto, e, este ano, será retroativo até março, escalonados entre agosto e dezembro. Os critérios considerados para os cálculos serão área física construída, número de alunos e tipologia da escola, assim como é feito na Educação Básica.

A poluição sonora do meio ambiente

POR IZABELA LEHN DUARTE
ADVOGADA (*OAB/RS 30.421), ESPECIALISTA EM
DIREITO AMBIENTAL NACIONAL E INTERNACIONAL E
MESTRE EM DIREITO | IZABELA@LEHNDUARTE.COM.BR

O crescimento das cidades vem acarretando não somente a poluição visual e urbana, mas também a poluição sonora, caracterizada como o ruído ou som que gera desconforto ou prejuízo à saúde da população. Já incorporados à realidade das sociedades, os sons nocivos produzidos no cotidiano, em geral já não mais percebidos e discriminados pelas pessoas, causam diversos prejuízos.

Em decorrência da expansão dos centros urbanos, com disputas de espaços e pessoas convivendo em proximidade, as demandas judiciais e autuações envolvendo o tema “poluição sonora” têm aumentado consideravelmente.

A situação também tem sido enfrentada nos meio rurais, onde ruídos perturbam a qualidade de vida das comunidades, com impactos negativos sobre a saúde física e mental das pessoas. Esta consequência é decorrente da exposição a sons que não estão de acordo com os padrões de emissões tolerados.

Assim, para que a poluição sonora seja efetivamente constatada, e para que haja obrigação de indenizar os prejuízos dela oriundos, é preciso provar a emissão de ruídos com intensidade inapropriada, acima dos padrões legais estabelecidos.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul determinou que “a poluição sonora não pode ser medida subjetivamente. Não será o que incomoda este ou aquele cidadão,

ou o que o satisfaz, que estabelecerá o limite que a sociedade aceita, e sim o limite imposto na lei, que deve ser verificado com o emprego de regras técnicas”. (Apeção Cível nº 70035073295, julgada em 19/01/2011).

Portanto, o diagnóstico da poluição sonora do meio ambiente somente poderá ser confirmado a partir de critérios técnicos, com resultados expressos em decibéis. Ou seja, é indispensável comprovar que houve produção de ruídos com pressão sonora superior ao limite previsto na legislação, em conformidade com os parâmetros previstos na Resolução Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 001/90, que adota os fundamentos da Norma nº 10151 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, dispendo sobre a avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade.

Também é relevante a Norma nº 10.152 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, que estipula níveis de ruído para conforto acústico, bem como as legislações municipais, onde o fato ocorreu, e estaduais sobre o tema.

A aferição do excesso de ruídos para constatação de poluição sonora ambiental deverá ser analisada com base em regras técnicas e legislação aplicável, além de ser comprovada mediante laudo pericial especialmente realizado para medição de ondas sonoras em níveis superiores aos

legalmente permitidos.

Para quem deseja maior familiarização sobre o assunto, um exemplo de legislação municipal interessante e esclarecedora é a Lei nº 4.891, de 22/12/2011, em vigor na cidade gaúcha de Osório. No art. 9º, ela dispõe sobre os conceitos de poluição sonora, som, ruído, decibel, nível de pressão sonora em dB(A)¹, sigla que indica a intensidade do som permitida, dentre outros tópicos importantes. No art. 22, a lei determina que o nível máximo de intensidade de som ou ruído tolerado em áreas de sítios e fazendas é de 40 dB(A) no horário entre 7h e 22h, e 35 dB(A) das 22h às 7h do dia seguinte, especificando, igualmente, no art. 50 e nos seguintes, as sanções e penalidades para aqueles que descumprirem a lei.

1 Diz o art. 9º da Lei nº. 4.891/11, que apresenta definições para termos técnicos: “Para os efeitos desta Lei consideram-se aplicáveis, além das definições abaixo, as normas NBR nº 10.151 e NBR nº 10.152 da ABNT (...) XII - Decibel (dB): valor que expressa o nível de pressão sonora acima da pressão sonora de referência; XIII - Nível de Pressão Sonora em dB(A): intensidade do som, medido na curva de ponderação “A”, definido nas normas NBR 10.151 e NBR 10.152 da ABNT; Assim o dB(A) é uma sigla que indica “medições de nível sonoro”, conforme indicado nas NBRs 10.151 e 10.152 da ABNT.” 

A questão social no Brasil e a educação

POR LUCIA REGINA RAMBO SZEKUT
MESTRE EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO | LUCIARSZEKUT@GMAIL.COM

A nossa Carta Magna estabelece como objetivos da República: “Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Art. 3º). Como fundamentos do Estado Democrático de Direito, o texto afirma a soberania, a cidadania, a dignidade do ser humano, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, assim como do pluralismo político. Os direitos sociais incluem: educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados (Art. 6º).

Temos uma bela constituição social, o que, sem dúvida, representa um avanço considerável em relação à história de um país regado com sangue de escravos. No entanto, ainda hoje, a realidade brasileira explode em violenta contradição com aqueles ideais proclamados.

Sabemos todos que vivemos em uma nação marcada por profunda desigualdade social, fruto de persistente política oligárquica e da mais escandalosa concentração de renda. E, hoje, ainda sofremos um processo de negação dos direitos sociais arduamente conquistados, na medida em que prospera a defesa de um “Estado Mínimo”, que abandona o povo à sua sorte e que reduz a cidadania às liberdades civis e políticas, mantendo, em contrapartida, os privilégios de alguns e a brutal carência de direitos da maioria.

A expansão de uma cidadania social envolve, além de uma ação efetiva dos poderes públicos e da pressão popular, uma mudança cultural. É preciso mexer com o que está enraizado nas mentalidades, marcadas por preconceitos. Isso implica na derrocada de valores e costumes decorrentes de vários fatores históricos. Para citar alguns:

- Longo período de escravidão, que significou exatamente a violação de todos os princípios da dignidade humana, a começar pelo direito à vida;
- política oligárquica e patrimonial;
- sistema de ensino autoritário, elitista e muito mais voltado à moral privada do que à ética pública;
- complacência com a corrupção dos governantes e das elites, assim como em relação aos privilégios concedidos aos cidadãos ditos de primeira classe ou acima de qualquer suspeita;

- descaso com a violência exclusivamente quando ela é exercida contra os pobres e os socialmente discriminados;
- práticas religiosas essencialmente ligadas à caridade em detrimento da justiça;
- sistema familiar patriarcal e machista;
- sociedade racista e preconceituosa contra todos os considerados diferentes;
- desinteresse pela participação cidadã e pelo associativismo solidário;
- individualismo consumista decorrente de uma falsa ideia de “modernidade”.

A educação é a chave para esta urgente sociedade mais justa e igualitária. Para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, as escolas necessitam de profundas transformações em suas práticas e culturas. Pais, alunos, professores e toda a comunidade envolvida devem ter como objetivo essa difícil e complexa tarefa de aperfeiçoamento do trabalho escolar. Inserir o educando no contexto sociocultural é essencial para constituir-lo enquanto sujeito de identidade.

RENOVAÇÃO

Hoje vivemos no Brasil um momento ímpar, que nos traz esperança de renovação quando milhares de jovens sem ligação partidária saem às ruas das principais capitais e cidades do País para exigir o fim da corrupção e impunidade, em luta por ética, transparência na política, mais qualidade de vida, educação, saúde e segurança. É a juventude brasileira engajada na construção de uma nova sociedade. Na Jornada Mundial da Juventude, realizada em julho, no Rio de Janeiro, o papa Francisco alertou que a crise mundial ameaça transformar uma geração inteira de jovens em uma geração perdida, e que muitos podem jamais encontrar trabalho. “Quando isolamos os jovens, fazemos uma injustiça. Eles pertencem a uma família, a uma cultura, a um país, a uma fé. Não podemos alijá-los da sociedade. Por isso, quero encontrá-los em seu tecido social”, disse o pontífice. Trabalho confere dignidade à pessoa, é a habilidade de ganhar o pão. A juventude está em colapso porque estamos acostumados com uma cultura descartável. Precisamos de uma cultura de inclusão. É o único caminho para o nosso agonizante Brasil. 



MIHAI ANDONI WWW.SCX.HU

Técnicos agrícolas e industriais: profissionais regulamentados há 28 anos

CARLOS DINARTE COELHO
PRESIDENTE DO SINTARGS

No dia 6 de fevereiro de 1985, portanto há pouco mais de 28 anos, o então Presidente do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, assinou o Decreto Federal nº 90.922, que regulamentou a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968. A partir desta data, os técnicos agrícolas e industriais passaram a exercer suas atribuições profissionais de forma clara e com apoio e reconhecimento da sociedade.

Porém, infelizmente, estas quase três décadas de respaldo legal ainda não foram suficientes para que a categoria passasse a ser tratada com a dignidade que merece. Nem mesmo a alteração do Decreto Federal 90.922, em 2002, que esclareceu ainda mais as atribuições, é plenamente respeitado. Desta forma, constantemente, os profissionais e suas entidades de classe são obrigados a recorrer ao Poder Judiciário para impetrar mandados

de segurança, principalmente contra o Sistema CONFEA/CREA, para garantir sua condição de trabalho na forma da lei.

Em janeiro deste ano, o Ministério Público Federal concluiu inquérito contra a instituição que impõe o cumprimento integral da legislação. A procuradora da República do Brasil, Anna Carolina Resende Maia Garcia, determinou:

“CONFEA [Conselho Federal de Engenharia e Agronomia], ao estabelecer restrições ao exercício das atividades de técnico de nível médio, está usurpando a competência legislativa, na medida em que cabe às resoluções apenas complementar a legislação existente, não podendo limitá-la a ponto de tornar suas disposições ineficazes.”

Não há dúvidas de que devemos comemorar esse longo período de lutas incansáveis, e que nos renderam importantes conquistas. Entretanto, enquanto tentarem impedir o livre exercício da profissão dos técnicos, e, portan-

to, a plena cidadania do povo brasileiro, precisamos estar preparados para outras batalhas. É nosso dever, enquanto professores, alunos, pais, autoridades e técnicos, denunciar qualquer ato abusivo ou lesivo cometido pelo Sistema CONFEA/CREA, ou por qualquer outro órgão ou pessoa que tente impor restrições ilegais aos profissionais. O Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Estado do Rio Grande do Sul (SINTARGS) está ao lado dos técnicos e com as escolas para apoiar e eliminar esses arbítrios. É um privilégio representar trabalhadores que têm missões tão fundamentais, capazes de transformar a realidade social e econômica de qualquer país. Desejamos que aqui, no nosso território, a Nação seja soberana, principalmente em fazer cumprir as leis que criou e aprovou, por serem justas. Que o Brasil deixe de ser sinônimo de contradição e que, assim como as nossas categorias profissionais, seja motivo de orgulho e nos faça querer continuar em sua defesa.

Professores do ensino agrícola se reúnem em Bento Gonçalves

O inverno, em geral, é a estação preferida dos turistas para visitar a Serra gaúcha. Sem dúvida, é uma excelente opção de passeio para quem gosta de curtir o frio. Porém, nada como uma temperatura amena para poder aproveitar um cenário como o de Bento Gonçalves, uma das mais concorridas cidades da região, principalmente pelo seu magnífico Vale dos Vinhedos. Há quem diga que a paisagem não perde em nada para as dos parreirais da Itália. Pois é exatamente neste período propício, entre 8 e 11 de outubro, que a AGPTEA realizará no município o XXVIII Encontro Estadual de Professores e o X Fórum Nacional de Ensino Agrícola. As palestras e os painéis serão no Instituto Federal Rio Grande do Sul (IFRS), campus Bento Gonçalves (Av. Osvaldo Aranha, 540, bairro Juventude da Enologia) e, a hospedagem na pousada Villa Dei Fiori (Rua Refatti, 150 - Bairro Maria Goretti).



Vale dos Vinhedos, em Bento Gonçalves

Ao realizar anualmente o Encontro de Professores, a AGPTEA também visa aprofundar as relações da entidade com seus associados e demais profissionais que atuam na Educação Profissional e

no setor primário da economia. Além disso, também é um momento esperado por todos para uma confraternização entre os colegas.

A seguir, confira a programação completa do Encontro.

Dia 8, terça-feira:

14h às 18h | RECEPÇÃO DAS DELEGAÇÕES
(Pousada Villa Dei Fiori - Rua Refatti, 150 - Bairro Maria Goretti - Bento Gonçalves)
19h | ABERTURA
Autoridades convidadas
20h | PALESTRA MOTIVACIONAL
“Educação e seus problemas”, com a Professora Márcia Amaral Corrêa de Moraes
21h30min | Coquetel de integração

Dia 9, quarta-feira:

9h | PALESTRA
“Preservação de Mananciais”, com a Professora Suzana Ferreira da Rosa
10h15min | Intervalo
10h30min | PALESTRA
“O fator humano no desenvolvimento sustentável”, com a Professora Raquel Alberti
12h30min | ALMOÇO
14h | PALESTRA
“Agroindústria familiar”, com a Dra. Marília Assunta Sfredo
15h45min | INTERVALO
16h | PALESTRA
“Vitivinicultura no Estado: Serra e Região da Campanha gaúcha”, com Leonardo Cury da Silva
20h | JANTAR E PASSEIO DE MARIA FUMAÇA

Dia 10, quinta-feira:

9h | PALESTRA
“Agricultura Familiar”, com o Engenheiro agrônomo Gilberto Luiz Salvador
10h15min | INTERVALO
10h30min | PALESTRA
“Ações da Secretaria da Educação do RS em 2013”
12h30min | ALMOÇO
13h30min | MOMENTO BENTO GONÇALVES | Prefeitura Municipal
14h | PASSEIO DE MARIA FUMAÇA
19h | ATIVIDADES PARALELAS
- Reunião da FENEA
- Reunião do Conselho de Diretores e do SINTARGS
21h | JANTAR E BAILE

Dia 11, sexta-feira:

9h | MOMENTO EDUCREDI
9h30min | DEBATE E AVALIAÇÃO DO ENCONTRO | Participação do Conselho de Diretores, do SINTARGS e da Fenea
10h15min | INTERVALO
10h30min | PALESTRA MOTIVACIONAL
“Escola x professor x alunos”, com o Professor Edson Carpes Camargo
12h | ALMOÇO DE ENCERRAMENTO

Associados da AGPTEA agora têm mais motivos para sorrir.

Novo Convênio

Plural
planos odontológicos



Desconto em Folha;
Consultas especializadas;
Atendimento rápido;
Facilidade no agendamento;
Dentistas especialistas;
Rede credenciada;
Gestão em saúde bucal.

Para nós você é especial.

Adesões a planos, contatar a AGPTEA.

www.planoplural.com.br 0800 647 3027

Para participar

A solicitação de inscrição para o XXVIII Encontro Estadual de Professores e o X Fórum Nacional de Ensino Agrícola pode ser feita pelo site www.agptea.org.br, e o pagamento efetuado no local. Há opção de parcelamento em cheque.

Sócios da AGPTEA:

Com pensão completa | R\$ 330 (ou em três parcelas de R\$ 110)
Sem refeições e hospedagem: R\$80

Não sócios:

Com pensão completa | R\$ 450 (ou em três parcelas de R\$ 150)
Sem refeições e hospedagem: R\$100

Casa dos Professores esteve lotada na 36ª Expointer

Pelo oitavo ano consecutivo, a Casa dos Professores do Ensino Agrícola, sede da AGPTEA no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, foi o ponto de encontro da categoria durante a 36ª Expointer. Este ano, poder estar de portas abertas durante a feira, que ocorreu de 24 de agosto a 1º de setembro, para receber o grande público que sempre prestigia a Associação, foi mais que motivo de orgulho, significou um verdadeiro alívio. É que no início deste ano, a direção do Parque solicitou a transposição da Casa, alegando que naquele espaço seria construído um pavilhão para a Agricultura Familiar. Desde então, a diretoria da AGPTEA teve audiências com deputados de diversos partidos, bem como com o secretário do Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas, Afonso Motta, no intuito de resolver a situação. Porém, após meses de muita tensão, sem ter certeza de que seria possível receber os associados na Expointer este ano, bem como sobre quem arcaria com os custos desta mudança, a medida foi adiada.

A Associação está dando seguimento ao assunto, esperando, claro, que tudo seja solucionado de forma tranquila e justa para todos os envolvidos. A Casa é uma grande conquista, e representa a força e a relevância da educação do primeiro setor da economia. “Em nome da diretoria da AGPTEA, quero agradecer a todos que têm nos apoiado em relação a esta situação, e dizer aos professores que esta pauta está entre as nossas prioridades no momento”, diz o presidente da Associação, Sérgio Luiz Crestani.

Escolas participantes em 2013

Nesta Expointer, cinco escolas apresentaram seus projetos para os visitantes, contribuindo a missão da AGPTEA, que é “Representar os associados, promovendo a formação e capacidade permanente”. Cada instituição de ensino foi representada por um professor e dois alunos, que ficaram hospedados na Casa.

Colégio Agrícola Daniel de Oliveira Paiva, de Cachoeirinha | Projeto “Seminário integrado: paisagismo, agroindústria, plantas recuperadoras de solo e informática”

Colégio Estadual Técnico Agropecuário Dr. Zeno Pereira Luz, de Encruzilhada do Sul | Projetos “Tecnologia produtiva de pólen apícola”, “Setores de produção” e “Dia de campo”

Escola Técnica Estadual Dr. Rubens da Rosa Guedes, de Caçapava do Sul | Projeto “Cultura de geração de renda: artesanato”

Escola Técnica Estadual Visconde de São Leopoldo, de São Leopoldo | Projeto “Plantas medicinais”

Escola Estadual Técnica Agrícola Guaramano, de Guarani das Missões | Projeto integração escola-família

Escola Técnica Estadual Técnica de Agricultura, de Viamão | Projeto: Ovinos

O projeto da ETA foi exposto no setor de Ovinos da Expointer, e os alunos ficaram hospedados na sede da AGPTEA



Secretário da Educação do RS, Jose Clovis de Azevedo, visitando o estande da Escola Dr. Rubens da Rosa Guedes, de Caçapava do Sul



Professores e alunos da Escola Dr. Rubens da Rosa Guedes, de Caçapava do Sul, produzindo artesanato



Estande do Colégio Agrícola Daniel de Oliveira Paiva, de Cachoeirinha



Presidente da AGPTEA, Sérgio Luiz Crestani, com os alunos da Escola Guaramano, de Guarani das Missões



Um dos momentos de grande visitação à Casa dos Professores

A seguir, algumas imagens que resumem o que aconteceu na Casa dos Professores do Ensino agrícola nesta Expointer. O crédito das fotos é de Régis Freitas Paim.

CARMEN SCHUCK



Visita do Deputado Edson Brum (segundo à esquerda)



O diretor da Escola Dr. Rubens da Rosa Guedes, Paulo Banites, e o professor Sílvio Tolfo Tondo, prestaram uma homenagem ao presidente da AGPTEA, Sérgio Luiz Crestani, e agradeceram pelo apoio dado à instituição



Estande do Colégio Agrícola Daniel de Oliveira Paiva, de Cachoeirinha



Estande da Escola Técnica Estadual Visconde de São Leopoldo

AGPTEA faz convites oficiais para o Encontro em Bento Gonçalves

No dia 26 de julho, o presidente da AGPTEA, Sérgio Luiz Crestani, o vice-presidente de Assuntos Educacionais, Élson Geraldo de Sena Costa, e o tesoureiro Carlos Fernando de Oliveira, estiveram em audiência com o secretário de Estado da Educação, Jose Clovis de Azevedo. O objetivo da visita foi oficializar o convite para o XXVIII Encontro Estadual de Professores e X Fórum Nacional de Ensino Agrícola, que a Associação promoverá de 8 a 11 de outubro, em Bento Gonçalves (confira a programação na página 17). Azevedo disse que comparecerá na noite de abertura para prestigiar a iniciativa que tanto colabora para a capacitação dos educadores.

Na ocasião, o presidente também solicitou a liberação dos professores para a participação no evento, bem como o pagamento de diárias, pedidos que foram prontamente atendidos. Acompanharam a reunião os assessores do Departamento Pedagógico da Seduc, Iara Aragonez e Fritz Roloff.

A partir da esquerda, Sérgio Luiz Crestani, Carlos Pestana Neto, Carlos Fernando de Oliveira e Carlos Dinarte Coelho



Direção da AGPTEA foi recebida pelo Secretário da Educação, Jose Clovis de Azevedo



DÓRIS FIALCOFF

CASA CIVIL

O convite ao chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Carlos Pestana Neto, foi realizado no dia 5 de agosto. O secretário recebeu o presidente e o tesoureiro da AGPTEA, que foram acompanhados pelo presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul (SINTARGS), Carlos Dinarte Coelho.



ACERVO ESCOLA GUARAMANO

Presidente da AGPTEA, Sérgio Luiz Crestani, em visita à Escola Guaramano, em Guarani das Missões, dia 2 de setembro

ESCOLAS

Durante os meses de agosto e setembro, Crestani está viajando pelo Estado para visitar todas as escolas técnicas agrícolas e divulgar a programação do Encontro. O dirigente está otimista quanto ao número de professores interessados. "Desejamos que muitos colegas possam estar presentes em mais esta edição do nosso evento. São quatro dias de convivência, aprendizado, troca de experiências, turismo e diversão. Todos serão muito bem-vindos", reforça o presidente da AGPTEA.

Aberto o período de reservas para a Casa da Praia

Setembro chegou e já trouxe um calorzinho. Isso faz lembrar das férias, e do quanto é bom passar uns dias descansando à beira mar. O período para reservas na pousada da AGPTEA em Itapeva já começou e, como sempre, a procura é grande. Os apartamentos são totalmente mobiliados e acomodam até seis pessoas. O valor da diária das unidades no segundo andar é R\$ 60, e R\$ 45 para as do primeiro piso. Os hóspedes são recebidos por um funcionário, que está lá em tempo integral. Também é ele que, no final da estada, realiza a vistoria nos aposentos. As reservas devem ser feitas pelo site www.agptea.org.br, onde também consta o regulamento da Casa.

É importante lembrar que as reservas só podem ser efetuadas pelos sócios cadastrados no site, mediante senha. Aqueles que ainda não estão no banco de dados podem preencher a proposta na hora, de forma rápida e fácil. Mais informações pelo telefone 51 3225.5748 ou pelo e-mail adm@agptea.org.br.



Fachada da pousada da AGPTEA no Litoral



Vista do estacionamento

AGPTEA disponibiliza pousada também na Capital

Desde o primeiro semestre deste ano, os associados da AGPTEA, em viagem a Porto Alegre, têm mais uma opção para hospedagem: a pousada da Associação. O local é confortável, bem localizado e econômico. São dois quartos coletivos, um feminino, para até seis pessoas, e outro masculino, com oito camas. O valor da diária é R\$ 20, e inclui a utilização da garagem.

A pousada fica na sede da AGPTEA (Av. Getúlio Vargas, 283, no Bairro Menino Deus). As reservas podem ser feitas pelo site www.agptea.org.br e também pelo telefone 51 3225.5748.



Dormitório feminino

Santa Isabel promove palestra motivacional

Pela segunda vez em 2013, a Escola Técnica Estadual Santa Isabel, de São Lourenço do Sul, ofereceu, com apoio da AGPTEA, uma palestra motivacional para os professores. A atividade, realizada no dia 17 de julho, foi coordenada pelo consultor de Marketing Lester de Menezes Pimentel. O presidente da Associação, Sérgio Luiz Crestani, e o tesoureiro, Carlos Fernando de Oliveira, estavam na plateia e elogiaram a atuação do palestrante. "Os professores demonstraram ter gostado muito do trabalho, que foi construtivo e divertido", avalia o dirigente.

**A maçã está garantida.
E o seu bolso, professor?**



Associe-se e desfrute de vantagens exclusivas:

- Empréstimos com taxas e tarifas reduzidas;
- Aplicações com rendimento superior à média do mercado;
- Participação nos resultados da cooperativa;
- E vários outros benefícios.

Contato: (51) 3225.1897

www.educredi.org

Av. Getúlio Vargas, 283 - Menino Deus - Porto Alegre - RS



Professor é professor todos os dias,
é verdade, mas o '15 de outubro' é sempre motivo para comemorações
mais do que merecidas.

Além de prestar uma singela homenagem pela sua aguerrida e
persistente dedicação, colegas educadores, temos algo importante
para lhes dizer:

Muito obrigado pela confiança e por vocês escolherem se associar às
nossas diretrizes enquanto entidade representativa da categoria.
Somos artesãos desta rede, tecida por todos nós, pacientemente,
com a melhor das técnicas: a parceria.

É uma honra tê-los por perto.

Feliz Dia do Professor!



DIEGO MEDRANO WWW.SCX.HU



PRECISANDO DE DINHEIRO

DE FORMA RÁPIDA E FÁCIL?

EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

- ☞ MENORES TAXAS
- ☞ SEM CONSULTA AO SPC E SERASA
- ☞ COMPRAMOS DÍVIDAS DE OUTROS BANCOS

E MAIS:

- ☞ Empréstimo no débito em conta*
- ☞ Empréstimo no cheque com liberação imediata*

*Consulte as condições gerais Facta.



capella

Aposentados e pensionistas do INSS e IPE
Servidores Públicos - Federais - Estaduais - Municipais
Exército - Marinha - Aeronáutica - Assalariado

VEJA ABAIXO UMA SIMULAÇÃO**

R\$ 1.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 5.000,00
Parcelas: R\$ 30,55	Parcelas: R\$ 91,65	Parcelas: R\$ 152,75

**Promoção por tempo limitado.

Ligue e informe-se:
0800 602 1818

facta
empréstimo rápido e fácil
www.facta.com.br